



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Optimização da Lei de bases da política familiar

De acordo com os dados recentemente divulgados pelos Serviços de Saúde, em 2025, nasceram em Macau apenas 2871 bebés, uma redução de mais de 20 por cento, face aos 3606 de 2024, caindo pela primeira vez abaixo dos 3000 e sendo o valor mais baixo dos últimos anos. A baixa taxa de natalidade e as respectivas reacções em cadeia despertaram grande atenção da sociedade. Em relação à questão da baixa taxa de natalidade, o Chefe do Executivo afirmou, na sessão de perguntas e respostas na Assembleia Legislativa, que o Governo da RAEM ia avançar com um estudo abrangente sobre a matéria e que, este ano, ia ser realizada uma avaliação sobre a Lei de bases da política familiar, que entrou em vigor há mais de 30 anos, no sentido de actualizar e aperfeiçoar as disposições legais em articulação com as mudanças do desenvolvimento social e as necessidades dos residentes.

A Lei de bases da política familiar é uma lei programática que foi promulgada em Julho de 1994, definindo os objectivos da política familiar, incluindo a salvaguarda da protecção das crianças, da educação que os pais dão aos filhos, da integração dos idosos na vida familiar e do apoio às famílias mais carenciadas, desempenhando um papel importante na promoção do desenvolvimento da família e da harmonia e estabilidade social. No entanto, com o rápido avanço da globalização e da ciência e tecnologia, Macau mudou muito nos últimos 30 anos, o modelo familiar tradicional



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

também mudou rapidamente, os custos da educação dos filhos continuam a aumentar, e são bastante comuns as situações em que há famílias com ambos os cônjuges trabalhadores, os pais a trabalharem por turnos e a educação dos filhos a cargo dos avós. Por outro lado, a política familiar é uma pedra basilar para a promoção do desenvolvimento próspero da sociedade e da comunidade, portanto, há que acompanhar a evolução dos tempos, e criar, através de um pensamento político inovador, um sistema flexível de apoio à família, tendo em conta os desafios como a baixa taxa de natalidade, o envelhecimento populacional e a coexistência de várias gerações, a fim de responder activamente aos desafios da sociedade moderna.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Aquando da revisão da Lei de bases da política familiar, vão as autoridades estudar a integração das políticas amigas da família no sistema de políticas públicas, para que os serviços públicos ponderem, plenamente, as necessidades do desenvolvimento da família, aquando da definição das respectivas políticas e medidas, criando-se assim um sistema de apoio familiar adequado às necessidades reais de Macau?
2. A Lei de promoção da educação familiar entrou formalmente em vigor no Interior da China no dia 1 de Janeiro de 2022, o que significa que o País incluiu, pela primeira vez, a educação familiar no sistema de governação nacional, através de uma forma legislativa, o que é muito importante para a promoção da educação familiar. As autoridades vão então tomar como referência a referida lei e aperfeiçoar a Lei de bases da política familiar, no sentido de generalizar a importância da educação familiar e de orientar os



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

pais ou encarregados de educação a desenvolverem, de forma científica, a educação familiar?

3. A *Family Status Discrimination Ordinance* de Hong Kong proíbe qualquer pessoa ou instituição de praticar discriminação contra quem tem a responsabilidade de cuidar dos seus familiares directos. Os familiares directos são membros da família ligados à pessoa em causa por laços de sangue, casamento, adopção ou afinidade. Aquando da revisão da Lei de bases da política familiar, vão as autoridades tomar como referência a *Family Status Discrimination Ordinance* de Hong Kong, com vista a reforçar a protecção dos indivíduos, independentemente do género, contra tratamentos injustos motivados pelas suas responsabilidades familiares, assegurando assim os direitos dos cuidadores?

30 de Janeiro de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ho Ion Sang